

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

FABRICIO FREITAS DE CARVALHO

**DIAGNÓSTICO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE DOCENTES DO
ENSINO FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FOZ
DO IGUAÇU - PR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2015

FABRÍCIO FREITAS DE CARVALHO



**DIAGNÓSTICO DA PERCEÇÃO AMBIENTAL DE DOCENTES DO
ENSINO FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FOZ
DO IGUAÇU - PR**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios – Pólo UAB do Município de Foz do Iguaçu - PR, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof. Dra. Michelle Budke Costa

MEDIANEIRA

2015



TERMO DE APROVAÇÃO

DIAGNÓSTICO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE DOCENTES DO ENSINO
FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU - PR

Por

Fabricio Freitas de Carvalho

Esta monografia foi apresentada às 09:00 horas do dia **28 de fevereiro de 2015** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – Pólo de Foz do Iguaçu - PR, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^a. Dra. Michelle Budke Costa
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof. Ms. Thiago Edwiges
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof. Ms. Eduardo Borges Lied
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico este trabalho a todos aqueles professores da educação básica, que apesar das adversidades e da falta de reconhecimento profissional, exercem sua profissão com dignidade, alegria e amor pelo que fazem, mostrando-se sempre abertos ao diálogo e a troca de ideias e informações, estabelecendo caminhos que possibilitam construir conhecimentos e desenvolver novos saberes.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos professores da Escola Municipal Cândido Portinari que com muita presteza e atenção aceitaram participar deste trabalho de pesquisa.

A todos os professores, tutores, profissionais e colegas do Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pela amizade, pelo convívio e pelos conhecimentos adquiridos, complementados, atualizados e trocados durante este período.

À minha esposa Jamily pelo apoio, incentivo e motivação recebidos diariamente. Seu trabalho, sua dedicação e seu amor pela educação me ensinaram a admirar e a respeitar ainda mais sua profissão, fatos que me motivaram e instigaram a desenvolver este trabalho de pesquisa na temática em questão.

Aos meus queridos pais que sempre me apoiaram, me educaram e me transmitiram valores que me permitem crescer como pessoa.

“A criança é a humanidade de amanhã. No dia em que isto se transformar num axioma - não dos repetidos decoradamente, mas dos sentidos no fundo da alma - a arte de educar as crianças passará a ser a mais intensa preocupação do homem.” (MONTEIRO LOBATO).

RESUMO

CARVALHO, Fabricio Freitas de. Diagnóstico da percepção ambiental de docentes do ensino fundamental I de uma escola municipal de Foz do Iguaçu - PR. 2015. 53 p. Monografia de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2015.

A análise da percepção ambiental, que busca compreender as inter-relações entre o homem e o ambiente a partir da análise dos indivíduos frente a suas realidades, instigou a elaboração deste trabalho de pesquisa no âmbito da educação básica, considerando o papel fundamental destas instituições nos processos de desenvolvimento local e de formação cidadã. O diagnóstico da percepção ambiental de docentes do ensino fundamental I de uma escola municipal de Foz do Iguaçu - PR baseou-se no levantamento de informações qualitativas obtidas por meio de um questionário aberto. Esta pesquisa objetivou caracterizar o perfil dos docentes estudados e analisar suas concepções sobre meio ambiente e educação ambiental, identificando as aplicações práticas e as dificuldades relacionadas ao trabalho com educação ambiental. Os resultados obtidos direcionam para possíveis readequações e melhorias, bem como para a necessidade de pesquisas complementares mais abrangentes.

Palavras-chave: educação ambiental; meio ambiente; concepções docentes.

ABSTRACT

CARVALHO, Fabricio Freitas de. Diagnosis of environmental perception of elementary school teachers of a public school of Foz do Iguaçu - PR. 2015. 53 p. Monografia de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2015.

The analysis of environmental perception, aiming to understand the interrelationships between man and the environment from the analysis of forward individuals to their realities, instigated the development of this research in basic education, given the fundamental role of these institutions in local development processes and civic education. The diagnosis of environmental perception of elementary school teachers of a public school of Foz do Iguaçu - PR was based on the collection of qualitative information obtained through an open questionnaire. This research aimed to characterize the profile of the studied teachers and analyze his conceptions on the environment and environmental education, identifying the practical applications and the difficulties related to working with environmental education. The results point towards possible improvements and Readjustments as well as the need for broader complementary research.

Keywords: environmental education; environment; teachers conceptions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Formação Acadêmica dos Docentes Entrevistados	35
Figura 2 - Tempo de Docência	36
Figura 3 - Série em que os Docentes Entrevistados Lecionam	37
Figura 4 - Idade dos Docentes	38
Figura 5 - Concepções sobre o Ambiente	39
Figura 6 - Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental já Realizadas	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipologia das Concepções sobre o Ambiente	31
Tabela 2 - Tipologia das Percepções da Educação Ambiental	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	13
2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARA A GESTÃO AMBIENTAL	15
2.3 MEIO AMBIENTE: PERCEPÇÃO AMBIENTAL E REPRESENTAÇÃO SOCIAL	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	27
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA	27
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	29
3.3.1 Pesquisa Bibliográfica	29
3.3.2 Levantamento.....	30
3.4 QUADRO DE REFERÊNCIA PARA ANÁLISE DOS DADOS	30
3.4.1 Concepções de Meio Ambiente.....	31
3.4.2 Percepções da Educação Ambiental.....	32
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS DOCENTES ESTUDADOS.....	34
4.1.1 Gênero	34
4.1.2 Formação Acadêmica.....	34
4.1.3 Tempo de Docência	35
4.1.4 Série em que Leciona.....	36
4.1.5 Idade	37
4.2 CONCEPÇÕES E PERCEPÇÕES DOCENTES	38
4.2.1 Concepções sobre o Ambiente	38
4.2.2 Percepções da Educação Ambiental.....	40
4.2.3 Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental já Realizadas.....	42
4.2.4 Dificuldades Encontradas no Desenvolvimento da Educação Ambiental.....	44
4.2.5 Participações em Formações Específicas de Educação Ambiental ou de Grupos de Discussão	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE(S)	52

1 INTRODUÇÃO

A análise das relações atuais do ser humano com o seu entorno, suas práticas de consumismo e a extrema exploração dos recursos naturais que conseqüentemente geram condições, alterações e passivos ambientais adversos à qualidade de vida, denunciam deficiências na percepção ambiental das pessoas, que não conseguem refletir sobre suas próprias ações. O homem, elemento que integra a teia da vida, ser vivo que interage e está incluso em um sistema vivo maior e altamente complexo e abrangente, muitas vezes não se vê inserido neste contexto, mas em uma posição superior perante este sistema. Nesta condição, ele age não apenas para suprir suas necessidades essenciais, indo muito além, muitas vezes sem dimensionar ou preocupar-se com as conseqüências, deixando transparecer as inversões de valores existentes ou o simples descaso com que é encarada a realidade. Reigota (2009) salienta que este distanciamento do homem em relação à natureza possui graves conseqüências que demandam respostas pedagógicas e políticas, afim de combater e desconstruir a noção de antropocentrismo vigente.

Num contexto geral, Callenbach (2006) aborda que os problemas enfrentados pela humanidade constituem-se em problemas de valores, sinalizando a difícil mudança dos mesmos em pessoas adultas. No dia a dia, não é difícil presenciar atitudes humanas impensadas e danosas que possuem, em sua essência, profunda desconexão com o meio que nos cerca, contribuindo negativamente para a qualidade de vida e salientando a falta de diálogo e a inexistência de princípios cidadãos.

Segundo Orr (2006b, p 117), “a importância do lugar na educação tem sido negligenciada”, visto que a urbanização e o desenvolvimento tornaram o conceito de lugar confuso, incerto e pouco definido. Os lugares circundantes deixaram de ser fontes de alimento, de água, de sustento, de energia, de materiais, de amigos, de recreação ou aspiração espiritual, passando a ser apenas caminhos de deslocamento e consumo, com os quais não mais se estabelecem sentimentos de pertencimento e responsabilidade.

Os aspectos abordados revelam controversos valores éticos e morais que denunciam abismos a serem superados em nosso modo de vida e em nossas

relações, os quais constituem imensos desafios que logicamente estão atrelados a um novo olhar sobre a nossa educação. Segundo Orr (2006a), toda a educação é em sua essência educação ambiental, através da qual, por processos inclusivos ou exclusivos, ensinamos que somos parte integral ou separada do mundo natural. Neste contexto a prática da educação ambiental voltada a processos inclusivos que abordem o ser humano como parte integral do mundo natural representa uma ferramenta útil no desenvolvimento de atitudes e mudanças integrantes das relações homem-ambiente, possibilitando intervenções planejadas no âmbito escolar.

Considerando que a questão ambiental, embora inserida nos currículos escolares, muitas vezes é tratada de forma superficial no contexto da educação formal, tem-se algumas limitações às concepções e percepções mais abrangentes da dimensão ambiental no processo educacional, o que conseqüentemente influencia de forma negativa a capacidade de posicionamento dos alunos diante de suas realidades e a capacidade de entendimento sobre as responsabilidades de suas ações, seus direitos e deveres. É inevitável que nos questionemos: A percepção ambiental dos docentes condiz com os desafios existentes para a formação cidadã e o desenvolvimento da educação ambiental no âmbito escolar?

A análise da percepção ambiental, que busca compreender as inter-relações entre o homem e o ambiente a partir da análise dos indivíduos frente a suas realidades, instigou a elaboração deste trabalho de pesquisa no âmbito da educação básica, visando diagnosticar as características destas percepções e concepções presentes nas abordagens educacionais, considerando o papel fundamental destas instituições nos processos de desenvolvimento local e de formação cidadã.

Tais fatores justificam o interesse e a importância deste trabalho de pesquisa que tem como objetivo geral diagnosticar a percepção ambiental de docentes do ensino fundamental I de uma escola municipal de Foz do Iguaçu - PR e como objetivos específicos: caracterizar o perfil dos docentes estudados; e analisar as concepções docentes sobre meio ambiente e educação ambiental, identificando as aplicações práticas e as dificuldades relacionadas ao trabalho com educação ambiental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Conferência Internacional de Tbilisi, presente em Brasil (1977), representou um marco da educação ambiental, inserindo o ambiente humano e social nas considerações da educação ambiental e rompendo as concepções conservacionistas anteriores que consideravam apenas o ambiente natural como algo impactado por ações humanas e a ser recuperado e preservado. De acordo com a Declaração de Tbilisi, a educação ambiental deve abranger todas as pessoas, de diferentes níveis e idades, no âmbito do ensino formal e não-formal, constituindo um ensino geral permanente que proporcione ao indivíduo a compreensão dos problemas atuais e os conhecimentos necessários que lhe permitam desempenhar uma função produtiva em prol da qualidade de vida e proteção do meio ambiente.

Ao adotar um enfoque global, fundamentado numa ampla base interdisciplinar, a educação ambiental torna a criar uma perspectiva geral, dentro da qual se reconhece existir uma profunda interdependência entre o meio natural e o meio artificial. (BRASIL, 1977, p 01).

Segundo Layrargues (2012), o documento de Tbilisi afirma que o processo da educação ambiental deve proporcionar, entre outros fatores, a construção de valores e a aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades voltadas para a participação responsável na gestão ambiental. Percebe-se, a partir destas colocações, que ampliam-se os desafios e o campo de debate teórico e prático do profissional da educação, que precisa inserir a educação ambiental em suas práticas pedagógicas.

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (a qual foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988), presente em Brasil (1981), dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, e em seu Art. 2º, inciso X, determina, entre os princípios da Política Nacional de Meio Ambiente, a “educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”.

A Constituição Federal de 1988, presente em Brasil (1988), Art. 225, ao determinar que “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, em seu § 1º, inciso VI, incumbe ao poder público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Se considerarmos a importância da educação ambiental no processo de desenvolvimento cidadão e os possíveis processos de formação de uma consciência ambiental, percebemos que ela pode desenvolver-se por meio de múltiplos fatores e múltiplas relações, suscitando uma abordagem integral e abrangente que atinja toda a sociedade, o que pode ser alcançado através da educação escolar pública, de dever do estado, com abrangência ampla e igualitária, deste a formação inicial do cidadão, na educação básica e fundamental.

Neste sentido, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, presente em Brasil (1996), em seu Art. 4º determina o dever do estado com a educação escolar pública, efetivado mediante a garantia, entre outras, do “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. E em seu Art. 32º determina como objetivo do ensino fundamental a formação básica do cidadão, mediante, entre outros aspectos, “a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”.

Considerando a instituição da Política Nacional de Educação Ambiental, por meio da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, presente em Brasil (1999), vale ressaltar a definição de educação ambiental dada pela mesma em seu Art. 1º:

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Essa mesma Lei nº 9.795, em seu Art. 2º, entende que a educação ambiental é “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”, determinando em seu Art. 4º

os princípios básicos da educação ambiental e em seu Art. 8º as linhas de atuação inter-relacionadas nas quais as atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar. O Decreto nº 4.281 que regulamenta a Lei nº 9.795, entrou em vigor em 25 de junho de 2002.

Considerando as legislações existentes, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental surgem em 15 de junho de 2012, por meio da Resolução do Ministério da Educação nº 2, presente em Brasil (2012), devendo ser observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, orientando a implementação do determinado pela Constituição Federal e pela Lei nº 9.795, de 1999, a qual dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Esta resolução, em seu Art. 2º declara que:

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. (BRASIL, 2012).

Vale destacar que a Resolução do Ministério da Educação nº 2 de 2012, em seus Art. 6º e 11º, respectivamente, determina que a Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que “considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino” e que a dimensão socioambiental deve “constar nos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País”.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARA A GESTÃO AMBIENTAL

Desmitificar a educação ambiental é o primeiro passo para dialogar sobre o assunto, visto que muito se discute a respeito. Entre os propósitos da educação

ambiental podem ser citados o resgate e a formação de valores, que através de processos devidamente orientados, contribuem para o desenvolvimento de uma cidadania ativa, com participação popular, embate de ideias e posições, e a formulação de propostas democráticas compatíveis com os problemas e anseios da realidade existente.

Reigota (2010) apresenta a educação ambiental como uma proposta que destina-se a alterar profundamente a educação como a conhecemos, visando a participação cidadã em discussões e decisões sobre a questão ambiental, a qual é realizada a partir da concepção que se tem sobre meio ambiente.

Pensar em uma mudança radical da sociedade, tendo como base uma perspectiva ecológica, é uma utopia que não deve ser entendida como ingênua ou impossível, mas como um conjunto de ideias que tendem a gerar atividades visando a mudanças no sistema prevalecente. (REIGOTA, 2010, p 22).

Neste contexto, Reigota (2009, p 13), vê a educação ambiental como uma educação política, devendo, portanto, priorizar a “análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos”, buscando superar mecanismos de controle e domínio que em nada contribuem para a participação democrática e incentivando a participação cidadã na busca de alternativas para a resolução de problemas do cotidiano. A educação ambiental se propõe a estimular a reflexão e a construção do conhecimento, subsidiando ações que visam minimizar danos ambientais e permitam fortalecer o potencial político de cada cidadão, reforçando a ideia de que sozinha a educação ambiental não pode transformar a sociedade, pois ela também é um produto da sociedade.

Segundo Sato (1997), as definições controversas dos conhecimentos sobre o meio ambiente devem-se ao fato de elas ainda estarem em construção. E nesse sentido, a educação ambiental deve ultrapassar a análise simplista das questões relacionadas ao meio ambiente, buscando refletir mais profundamente as práticas pedagógicas. Assim, compreendendo essas práticas pedagógicas como possuidoras de intenção social, o trabalho com a Educação Ambiental pode ter uma importante contribuição para a consolidação da função social da instituição escolar.

Reigota (2010, p 29) reforça a sua visão da educação ambiental como educação política, a qual deve ser crítica aos sistemas autoritários, tecnocráticos e

populistas; e colaborativa. "O desafio da educação ambiental é sair da ingenuidade e do conservadorismo (biológico e político) a que se viu confinada e propor alternativas sociais, considerando a complexidade das relações humanas e ambientais", estando sempre baseadas em princípios ecológicos, éticos e de justiça.

Pelicioni, Philippi Jr e Castro (2007) entendem que a educação ambiental deve ser transformadora, inicialmente das pessoas e depois dos espaços, de acordo com as necessidades sentidas e percebidas, inexistindo se não for colocada em prática no dia a dia. Sua efetivação exige a participação popular, o diagnóstico e o levantamento das realidades sociais e ambientais, visando elencar os problemas existentes, estudar as possíveis soluções e definir as ações voltadas à melhoria da qualidade de vida, o que comumente se realiza através do desenvolvimento de projetos que permitam articular as teorias à prática.

Para Paiva e De Villio (2007), a introdução da perspectiva dialógica no ambiente escolar pressupõe alterar as concepções de educação, visto que a solução de problemas ambientais demanda conhecimentos integrados, não coerentes com as tradicionais separações de disciplinas que percebemos nos currículos.

Através do desenvolvimento das práticas de educação ambiental se objetiva criar e desenvolver condições favoráveis à percepção ambiental, na busca de uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, traduzida no enfrentamento das questões ambientais e na tomada de decisões que visam à melhoria da qualidade de vida. A educação ambiental é, portanto, fundamental para que se possa alcançar os objetivos e metas estabelecidos no planejamento de uma adequada gestão ambiental.

Para Sato (1997, p 86), a educação ambiental é um processo contínuo e permanente que visa, dentro da perspectiva holística, "gerar novos vínculos com o ambiente imediato, seja ele natural, construído, espacial ou temporal, através de uma ética particular". Ao falar dos objetivos da educação ambiental, Sato (1997, p 188), destaca que eles não visam "dividir ou comparar as ciências, mas unificá-las num processo dialógico e participativo, edificar a ponte para unificar a ilha natural ao continente cultural e que realmente seja capaz de construir os conceitos para reconstruir as realidades".

Segundo Robbotom e Hart (1993) apud SATO (1997), a percepção da educação ambiental pode ser classificada em três categorias: *Educação SOBRE o ambiente*; *Educação NO ambiente*; e *Educação PARA o ambiente*.

Ao abordar sobre as diferentes categorias Sato (1997) discorre sobre informações que levam a entender que:

- A educação sobre o ambiente cria oportunidades de aprendizagem sobre o ambiente natural e sobre os problemas existentes, com ênfase, portanto, no domínio cognitivo. Essa categoria é evidenciada por estudos, formações e direcionamento de informações.
- A educação no ambiente visa a realização de atividades presenciais no ambiente em estudo, como forma de aproximação e motivação, permitindo vislumbrar um ambiente mais apropriado, com ênfase, portanto, no afetivo. Essa categoria é evidenciada por atividades que trabalham com a realidade dos alunos e a realidade local onde a escola está inserida.
- A educação para o ambiente é uma educação participativa que visa desenvolver habilidades e competências com vistas a ações efetivas e resolução de problemas, com ênfase, portanto, na participação. Essa categoria é evidenciada por ações coletivas e participações ativas na realidade local.

Sato (1997) explica que a definição destas categorias também tem sido motivo de discussões entre os autores, devido a existir uma tendência de separação dos objetivos de ambas as categorias citadas, com prioridade em um ou outro. Neste sentido, Tilbury (1995) apud Sato (1997) defende que a educação ambiental deve agregar todas as categorias (sobre o ambiente, no ambiente e para o ambiente), promovendo, através da participação, do envolvimento e do diálogo dos atores sociais, a compreensão e incorporação dos domínios presentes em ambas.

Conforme consta na Declaração de Tbilisi:

Uma vez compreendida devidamente, a educação ambiental deve constituir um ensino geral permanente, reagindo às mudanças que se produzem num mundo em rápida evolução. Esse tipo de educação deve também possibilitar ao indivíduo compreender os principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva visando à melhoria da vida e à proteção do meio ambiente, atendo-se aos valores éticos. (BRASIL, 1977, p 01).

Considerando a proposição da Educação para a Gestão Ambiental, de acordo com Layrargues (2012), a mesma foi formulada em âmbito governamental no

Brasil por José da Silva Quintas e Maria José Gualda, educadores membros da Divisão de Educação Ambiental do IBAMA, a partir de um movimento ocorrido na década de 90 no país, quando foram propostas novas nomenclaturas para a prática educativa relativa ao meio ambiente, na qual surgiram os termos: Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Neal), Ecopedagogia (Gadotti), Educação para a Cidadania (Jacobi) e Educação para Gestão Ambiental (Quintas e Gualda).

A Educação para a Gestão Ambiental sobressai atualmente como a portadora de determinados conceitos que podem com grande probabilidade responder aos desafios de se trabalhar uma educação ambiental voltada para o exercício da cidadania, no sentido do desenvolvimento da ação coletiva para o enfrentamento dos conflitos socioambientais. (LAYRARGUES, 2012, p 01).

Segundo Layrargues (2012, p 05), a educação para a gestão ambiental não difere da educação ambiental, apenas “avança no detalhamento de uma das dimensões da educação ambiental, já sinalizada desde Tbilisi, no que se refere ao desenvolvimento da cidadania e da democracia ambiental”, devendo ser entendida como um subconjunto da educação ambiental o qual, entre as demais correntes práticas educativas voltadas para a questão ambiental no Brasil, têm adquirido maior projeção entre os educadores.

A abordagem da temática ambiental, em toda a sua complexidade e diversidade de fatores, é de suma importância nos processos formais de educação básica, de forma transversal, multidisciplinar e interdisciplinar, conforme previsto nas legislações vigentes que tratam do tema.

Considerando a importância da questão ambiental no desenvolvimento sustentável da sociedade, enfatizando o caráter qualitativo atribuído a esta expressão já bastante desgastada e distorcida nos dias atuais, a educação para a gestão ambiental possui papel fundamental na construção de valores geradores de outras atitudes, dando suporte ao desenvolvimento dos princípios de cidadania, democracia e justiça social, de forma a buscar melhor qualidade de vida.

Para Quintas (2001), o exercício da cidadania é um desafio para os brasileiros, tendo em vista fatores como desigualdades sociais, impunidade das elites, clientelismo político e ineficácia do sistema educacional, sendo este desafio agravado pela constatação de que o brasileiro não consegue estabelecer nexos entre o atual estilo de desenvolvimento praticado e os problemas ambientais, independente do grau de escolaridade. Para o autor isso ocorre parcialmente devido

à noção de desenvolvimento estar atrelado ao progresso e bem estar, ou constituir-se em uma verdade inquestionável, a partir da qual as pessoas não conseguem perceber diferenças de estilo e qualidade; e por outro lado, o fato da percepção da problemática ambiental sujeitar-se a visões ideológicas, que lhe atribuem neutralidade e naturalização, desconexas com o estilo de desenvolvimento.

Quintas (2001, p 44), considerando a abordagem da problemática ambiental nos currículos de ensino no Brasil, que em tese proporcionam a aquisição dos conhecimentos necessários, alerta sobre a não aquisição desta competência pelos alunos, citando o direcionamento da abordagem da questão ambiental na esfera da educação formal e a recuperação do passivo cognitivo através da participação da população no processo de gestão ambiental, relacionadas à prática da educação ambiental, como “tarefas fundamentais, inadiáveis e simultâneas” que se colocam frente ao poder público e a sociedade. Nesta concepção o autor considera que “o esforço da Educação Ambiental deveria ser direcionado para a compreensão e busca de superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio da ação coletiva e organizada”, através de uma leitura da problemática ambiental realizada a partir de uma ótica complexa do meio social, na qual o processo educativo deve “pautar-se por uma postura dialógica, problematizadora e comprometida com transformações estruturais da sociedade, de cunho emancipatório”.

Segundo Costa et al (2012), embora a questão ambiental seja abordada pelos professores em suas disciplinas, as situações de aprendizagem mantêm-se no modelo tradicional de educação, em uma reprodução do ensino fragmentado e desvinculado da realidade próxima ao estudante. Infelizmente, no Brasil, vários estudos apontam para esta tendência na prática escolar, construída com carência de responsabilidade cidadã frente às relações dos seres humanos entre si e com o meio ambiente.

Para Robottom (1987) apud Sato (1997), a característica-chave da educação ambiental é a resolução de problemas ambientais, contida na categoria classificada como "educação para o ambiente", no entanto esta característica está relacionada com a participação social nos processos voltados à resolução de problemas, e não à aplicação de recursos tecnológicos.

É importante destacar que a aproximação da educação ambiental com problemáticas reais, torna as experiências relacionadas mais significativas. Nesta

direção Reigota (2009, p 40) ressalta que a escola, desde a formação básica aos cursos de pós-graduação é “um dos locais privilegiados para a realização da educação ambiental, desde que se dê oportunidade à criatividade, ao debate, à pesquisa e à participação de todos”. Callenbach (2006) ao comentar sobre a formação dos valores na infância destaca que as crianças nascem com valores intactos, com sentimento de afinidade com a natureza, espanto ou reverência, motivando crenças de que o desenvolvimento destes valores, dentro de uma ótica de alfabetização ecológica, permite conduzir a sociedade à sustentabilidade.

Também para Pelicioni (2007), a escola constitui um local privilegiado para o desenvolvimento da educação ambiental, tendo a possibilidade de intervenções sistemáticas, planejadas e controladas. Pelicioni (2007) também salienta que conhecimentos, atitudes e habilidades são componentes chaves para viabilizar as práticas sociais em educação ambiental. Neste contexto, é preciso ressaltar também que os professores de educação básica nem sempre estão preparados para trabalhar a educação ambiental em suas práticas pedagógicas, exigindo a complementação de sua formação.

Ao abordar sobre os desafios de mudar o sistema de educação, a necessidade de tempo para isso e as consequências que pequenas mudanças pontuais podem gerar na mobilização do sistema como um todo, Evans (2006, p 299) destaca como uma recompensa destes esforços a possibilidade de criar ambientes de aprendizagem com interligação de currículos e práticas, união de processos e conteúdos, “ambientes em que aprender faça parte da vida real, que os ciclos naturais reflitam os ciclos do conhecimento e nós voltemos a sentir o prazer de ter raízes num lugar”.

2.3 MEIO AMBIENTE: PERCEPÇÃO AMBIENTAL E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Pela sua importância, a temática ambiental está inserida atualmente, de forma direta ou indireta, em todas as discussões relacionadas ao desenvolvimento humano e suas relações e interações com o ambiente, refletindo na qualidade de vida e no bem-estar. Neste contexto, o entendimento das percepções e

representações sociais do meio onde as pessoas se relacionam e estão em constante interação é fundamental.

Segundo Coimbra (2004, p 551), a percepção está relacionada com o captar bem um fato, um fenômeno ou uma realidade não apenas superficialmente, mas com alguma profundidade, configurando-se no primeiro passo de um processo de conhecimento. A percepção do meio ambiente é “ponto de partida para o conhecimento ambiental”, e ao mesmo tempo pode significar “todo o conhecimento adquirido a respeito do meio ambiente”, transformando-se em uma “linguagem apropriada para se referir à realidade ambiental e discorrer sobre ela”. Segundo Coimbra (2004, p 540), “se a percepção é falha, os juízos e raciocínios chegarão a conclusões falsas ou equivocadas”.

Nessa mesma direção encontram-se as contribuições de Fernandes (2004, p 01), destacando que o estudo da percepção ambiental possui “fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas”. Para este autor a Percepção Ambiental define-se como uma “tomada de consciência do ambiente pelo homem”, considerando as diferentes percepções, reações e respostas de cada indivíduo às ações sobre o ambiente, sendo as manifestações ou respostas decorrentes, resultado das “percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa”.

Para a análise da percepção ambiental, Fernandes (2004) destaca a importância da qualidade do questionário a ser adotado, sendo este a base do sucesso da pesquisa, estruturado de acordo com os objetivos desta, levando em consideração o perfil dos entrevistados.

Considerando a falta de consenso sobre o meio ambiente no meio científico, Reigota (2010) entende que o mesmo deve ocorrer fora dele, o que leva o autor a considerar a noção de meio ambiente uma representação social, devido o seu caráter difuso e variado, sendo que estas representações sociais equivalem a uma série de princípios, construídos de forma interativa e compartilhada, utilizados para a compreensão e transformação da realidade de diferentes grupos. O autor, com base em suas pesquisas, propõe a classificação das representações sociais sobre o meio ambiente em três categorias, descritas a seguir.

Considerando o ambiente escolar e a percepção docente, a abordagem dessas diferentes categorias de classificação das representações sociais sobre meio ambiente, presentes em Reigota (1999, 2009), são apresentadas a seguir:

- Naturalista: evidenciam-se apenas os aspectos naturais. O meio ambiente é definido como natureza e as práticas pedagógicas buscam o conhecimento da natureza, seja ela preservada ou deteriorada;
- Antropocêntrica: evidencia-se a utilidade dos recursos naturais para a sobrevivência do ser humano, com práticas pedagógicas voltadas a transmitir conteúdos científicos;
- Globalizante: evidencia-se uma alternância entre a transmissão de conteúdos e o desenvolvimento de atividades inovadoras. As práticas pedagógicas buscam enfatizar aspectos não imediatos do meio ambiente.

Reigota (2010, p 14) entende que a realização da educação ambiental deve iniciar a partir da "identificação das representações das pessoas envolvidas no processo educativo", pois está relacionada com a concepção de meio ambiente destas pessoas, e para isso é importante que seja criativa, democrática e baseada no diálogo, buscando alternativas para os problemas ambientais em meio a múltipla diversidade dos agentes envolvidos. Neste sentido, as práticas pedagógicas dos professores podem ser caracterizadas a partir de suas representações sociais de meio ambiente.

Tratando das concepções de meio ambiente, Reigota (2010) propõe a seguinte definição:

Defino meio ambiente como o lugar determinado, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído. (REIGOTA, 2010, p 14).

Ao refletir criticamente sobre a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável, Sauvé (1996, p 10) revela a existência de diferentes concep es sobre o ambiente dentro da no a de educa o ambiental para o desenvolvimento sustentável; e baseado nestas diferenças identifica e propõe concep es sobre o ambiente a serem observadas nas práticas pedagógicas e nas estratégias de diferentes autores ou educadores, as quais são descritas a seguir:

- Ambiente como a natureza: para ser apreciado, respeitado e preservado. Esta concepção considera o ambiente original do qual o homem está dissociado e com o qual precisa aprender a se relacionar, pautando as práticas pedagógicas em exposições da natureza ou imersões na mesma;
- Ambiente como um recurso: para ser gerenciado. Esta concepção considera a necessidade de sustentação da qualidade de vida, enfatizando a limitação dos recursos naturais e as degradações pelas quais são submetidos, concretizando a ideia de que podemos gerenciar estes recursos com base em nossos princípios de desenvolvimento sustentável. As práticas pedagógicas são pautadas em campanhas para utilização eficiente dos recursos naturais, auditorias ambientais (relacionadas, por exemplo, ao consumo de água, ao consumo de energia, e ao gerenciamento do lixo), e atividades relacionadas à patrimônios históricos, parques e museus que visam proporcionar a admiração e gratidão das pessoas para com os recursos naturais;
- Ambiente como um problema: para ser resolvido. Esta concepção considera o ambiente como um sistema de suporte à vida que encontra-se ameaçado pela poluição e degradação, cabendo a todos contribuir para a sua manutenção e preservação. Evidenciam-se práticas pedagógicas voltadas ao estudo de caso dos problemas existentes e ao desenvolvimento de estratégias voltadas a resolução dos problemas;
- Ambiente como um lugar para se viver: para conhecer e aprender sobre, para planejar para, para cuidar de. Esta concepção considera o ambiente como o encontrado no cotidiano das pessoas, em seus espaços de convivência, seja em casa, no trabalho, na escola, na vizinhança ou no lazer, caracterizado pelos seres humanos e a natureza, com seus componentes sociais, históricos e tecnológicos, enfatizando a necessidade de aprendermos a apreciar este ambiente e a desenvolvermos o senso de pertencimento. As práticas pedagógicas evidenciam a convivência harmônica, através de processos de aprendizagem voltados a perceber o ambiente como um local para se

viver, tendo relação com as percepções da educação ambiental sobre, no e para o ambiente;

- Ambiente como a biosfera: onde devemos viver juntos, no futuro. Esta concepção considera o ambiente como sendo um mundo de interdependências existentes entre os seres vivos e inanimados, objeto da consciência planetária, que implora pela solidariedade humana. As práticas pedagógicas objetivam compreender as múltiplas dimensões do mundo através de estudos de caso de problemas globais;
- Ambiente como projeto comunitário: onde somos envolvidos. Esta concepção considera o ambiente como o da coletividade humana, que clama por solidariedade, democracia e envolvimento das pessoas, voltados à participação e evolução da comunidade. As prática pedagógicas envolvem pesquisa(ção) participativa para a transformação comunitária e a realização de fóruns de discussão com participação da comunidade, objetivando desenvolver e implementar soluções adequadas aos problemas existentes.

Sauvé (1996, p 15) considera que as seis concepções são complementares, podendo haver combinações entre elas para determinar diferentes representações sociais do ambiente, porém, ressalta que as propostas de educação ambiental normalmente restringem-se a uma concepção, ou seja "o ambiente não é percebido de uma forma global e conseqüentemente, a rede de inter-relação pessoa-sociedade-natureza (que é o centro da educação ambiental) é percebida somente parcialmente".

Percebe-se que as concepções de meio ambiente descritas por Sauvé (1996), além de abrangerem as classificações propostas por Reigota (1999), inserem outras três concepções, especificando mais detalhadamente as diferenças existentes entre as possíveis compreensões e percepções de meio ambiente.

Para Sauvé (1996), as diferentes concepções existentes sobre a educação, o ambiente e o desenvolvimento sustentável, as quais podem coexistir, têm influências sobre a definição e a prática da educação ambiental pelos educadores, devendo servir de base para reflexões, discussões, contestações e evoluções por parte dos educadores; e servir de auxílio na elaboração de suas próprias definições sobre a educação ambiental, considerando que as práticas pedagógicas refletirão as concepções pessoais de cada educador.

Coimbra (2004, p 561), entende que precisamos ter "ideias claras e distintas da composição do meio ambiente e da sua complexidade", evitando que ações de gestão ambiental sejam "tendenciosas, falhas, ambíguas e até falaciosas".

Coimbra (2004) destaca que no processo de tomada de consciência da questão ambiental é importante a articulação e a contextualização ampla das ações, proporcionando uma abordagem holística, um enfoque sistêmico e um tratamento interdisciplinar, considerando a complexidade envolvida e tendo neste tripé a estabilidade da ciência ambiental.

Morin (2011), ao abordar sobre o tema da tomada de consciência destaca que existe uma nova ignorância ligada ao desenvolvimento da própria ciência e uma nova cegueira ligada ao uso degradado da razão, estando as ameaças mais graves à humanidade ligadas ao progresso cego e incontrolado do conhecimento, que muitas vezes se dá pelo pensamento simplificador que desconsidera a diversidade e a complexidade, e valoriza a especialização técnica imposta pela formação da sociedade industrial.

A complexidade da ação humana é dinâmica e, portanto, modifica-se à cada instante. Falarmos da natureza sem considerarmos a cultura é, no mínimo, uma falta de visão do mundo. Portanto, defender o ambiente não é questão de privilégio, mas de cidadania. (SATO, 1997, p 07).

Para Coimbra (2004, p 547), este cenário projetado pela civilização industrial repercute na formação universitária atual, fragmentada e voltada a capacitação técnica, tendendo a formar profissionais autômatos e limitados, "incapazes de enxergar a complexidade, e inabilitados para exercer a cidadania ambiental no âmbito de sua profissão".

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estruturação do método de pesquisa seguiu as definições de Bento e Ferreira (1982) apud Dias e Silva (2010), nas quais o método de pesquisa a ser utilizado é definido a partir do desenvolvimento de quatro etapas principais: o esquema lógico da pesquisa (classificação), a unidade de análise (caracterização), a definição da coleta de dados (instrumentos) e o quadro de referência para leitura de resultados (análise dos dados).

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Considerando o objetivo de investigar a percepção ambiental de docentes de uma escola municipal de ensino fundamental do município de Foz do Iguaçu - PR, a pesquisa é constituída de variáveis que se enquadram em aspectos qualitativos a serem levantados e analisados através de informações fornecidas pelos docentes contribuintes da pesquisa e levantamentos bibliográficos, de forma a estruturar os resultados do estudo.

A presente pesquisa, com base em seus objetivos gerais, classifica-se como exploratória, o que, segundo Gil (2008), visa o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, proporcionando maior familiaridade frente ao problema, buscando torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Quanto à forma de abordagem, a pesquisa pode ser classificada como qualitativa.

O delineamento da pesquisa, conforme Gil (2008) “considera o ambiente em que são coletados os dados e as formas de controle das variáveis envolvidas”. Com base nos procedimentos técnicos utilizados, este trabalho envolve os métodos de pesquisa bibliográfica e levantamento.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

O município de Foz do Iguaçu está localizado na mesorregião geográfica Oeste Paranaense, na 24ª microrregião geográfica do estado, denominada Microrregião Foz do Iguaçu, tendo como limites geográficos os municípios de Santa Teresinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Itaipulândia; e as divisas com o Paraguai e a Argentina. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2013), o município possui uma população estimada em 2013 de aproximadamente 264 mil habitantes, distribuídos em uma área territorial de 617,7 km².

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR), referentes ao ano de 2012, dispostos em levantamentos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (2013), o município possui 155 estabelecimentos de ensino na educação básica (creche, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio), dos quais 106 possuem a modalidade de ensino fundamental, onde atuam 1.927 docentes de um total de 3.062.

O município constitui-se em um centro turístico e econômico da região oeste paranaense, sendo considerado um dos mais importantes destinos turísticos do país, caracterizado por sua diversidade cultural e o seu recente desenvolvimento como pólo educacional regional, característica importante que pode desencadear um novo ciclo de desenvolvimento local e regional, que poderá contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas, e para a melhoria da qualidade de vida da população.

A escolha da Escola Municipal Cândido Portinari em Foz do Iguaçu - PR, cujos docentes foram objeto desta pesquisa, baseou-se na disposição e comprometimento apresentados pela direção escolar e pelos docentes, que de forma muito atenciosa contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, demonstrando interesse nos resultados do mesmo. A Escola Municipal Cândido Portinari possui turmas de Ensino Fundamental I de 1º a 5º ano, contando atualmente com sete turmas no período da manhã e sete turmas no período da tarde, que totalizam 297 alunos. O quadro docente é composto por nove professores em sala de aula, dois professores de hora específica (literatura, recreação e informática) e reforço, uma professora na biblioteca, uma diretora e uma supervisora.

Responderam ao questionário os professores em sala de aula, de hora específica e reforço, num total de 10 professores.

A Escola Municipal Cândido Portinari está localizada no Jardim Petrópolis, região norte do município de Foz do Iguaçu, atendendo as comunidades dos bairros Jardim América, Jardim Karla, Jardim Laranjeiras, Jardim Petrópolis, Curitibano, Nova Andradina, Jardim Santa Rosa, Vila A e Jardim Ipê.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados teve seu embasamento na pesquisa bibliográfica e no levantamento.

3.3.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica, segundo Pádua (2004), é fundamentada nos conhecimentos de biblioteconomia, documentação e bibliografia, buscando como finalidade proporcionar ao pesquisador o contato com materiais já produzidos e registrados relacionados ao seu tema de pesquisa.

No âmbito deste estudo, a pesquisa bibliográfica utilizada como fonte, o que segundo Pádua (2004) se diferencia da bibliografia pelo caráter imprescindível à elaboração do trabalho de pesquisa, buscou: nas legislações em vigor os parâmetros legais que orientam sobre a abordagem e a implementação da educação ambiental no âmbito dos sistemas e instituições de ensino de educação básica; em autores como Reigota (1999, 2009) e Sauvé (1996) as tipologias das concepções e representações do meio ambiente; e em Robottom e Hart (1993) apud Sato (1997) as tipologias da percepção da educação ambiental na abordagem educativa. Também foram consultadas publicações e artigos técnicos de outros autores, que contribuíram e reforçaram o delineamento deste trabalho de pesquisa.

3.3.2 Levantamento

Para Gil (2010), o levantamento é caracterizado pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, procedendo-se a solicitação de informações, análise das mesmas e conclusões.

Os questionários e formulários sejam eles abertos, fechados ou mistos, elaborados para obtenção de informações, segundo Pádua (2004), diferenciam-se, sendo o questionário um instrumento de coleta de dados preenchido na ausência do pesquisador e o formulário caracterizado por questões perguntadas e anotadas por um entrevistador em presença do entrevistado.

Para Vergara (2009), “questionário é um método de coletar dados no campo, de interagir com o campo, composto por uma série ordenada de questões a respeito de variáveis e situações que o pesquisador deseja investigar”, sendo as questões abertas úteis quando o número de respondentes é reduzido e a abordagem da pesquisa é mais qualitativa. As questões fechadas são mais adequadas a contingentes maiores de respondentes e à abordagem da pesquisa mais quantitativa. As questões elaboradas pelo entrevistador através do questionário deverão ser apresentadas por escrito ao respondente, sendo que este as responderá através do meio escolhido pelo pesquisador, seja por escrito em papel ou através de um computador.

No desenvolvimento deste trabalho o levantamento foi realizado através das abordagens feitas por meio de um questionário aberto (conforme apêndice A), tido como instrumento de pesquisa a ser preenchido pelos docentes durante um encontro agendado, visando à obtenção de informações qualitativas a respeito de suas percepções ambientais.

3.4 QUADRO DE REFERÊNCIA PARA ANÁLISE DOS DADOS

O quadro de referência para a análise dos dados, conforme tópicos apresentados a seguir, apresenta os principais parâmetros a serem verificados e analisados nas respostas obtidas com o questionário proposto.

3.4.1 Concepções de Meio Ambiente

Para Sauvé (1996), existem seis diferentes concep es sobre o ambiente, dentro da no o de educa o ambiental para o desenvolvimento sustentável, que podem ser observadas nas práticas pedagógicas, as quais são especificadas na Tabela 1 de acordo com a rela o atribuída, as características atribuídas e as metodologias utilizadas nas abordagens pedagógicas.

Tabela 1 - Tipologia das Concep es sobre o Ambiente

(continua)

Ambiente	Rela�o	Características	Metodologias
Como natureza	para ser apreciado, respeitado e preservado	o ambiente original, puro, natureza como catedral, natureza como útero	<ul style="list-style-type: none"> • exibi�es e exposi�es da natureza; • imersão na natureza
Como recurso	para ser gerenciado	nossa herança biofísica coletiva, sustentar a qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> • campanha dos 3 Rs; • auditoria do consumo de energia
Como problema	para ser resolvido	o ambiente biofísico, defensor da vida, ameaça pela polui�o, degrada�o	<ul style="list-style-type: none"> • estratégias de resolu�o de problemas; • estudo de caso
Como lugar para viver	para conhecer e aprender sobre, para planejar para, para cuidar de	nosso ambiente de vida diária , com as suas componentes tecnológicas, históricas e socioculturais	<ul style="list-style-type: none"> • história ambiental de nosso lugar; • projetos de jardinagem

Tabela 1 - Tipologia das Concepções sobre o Ambiente

			(conclusão)
Ambiente	Relação	Características	Metodologias
Como biosfera	onde devemos viver juntos, no futuro	a espaçonave Terra , objeto da consciência planetária , um mundo de interdependência entre os seres vivos e inanimados	<ul style="list-style-type: none"> • estudo de caso de problemas globais; • contar histórias ilustrando diferentes cosmologias
Como projeto comunitário	para ser envolvido	um ambiente comum, com foco na análise crítica social e na participação política da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • pesquisa-ação integral (processo participativo que visa a transformação); • fóruns de discussão

Fonte: Adaptado de Sauvé (1996, p 13)

3.4.2 Percepções da Educação Ambiental

De acordo com Robbottom e Hart (1993) apud Sato (1997), a percepção da educação ambiental pode ser classificada em três categorias definidas e especificadas na Tabela 2:

Tabela 2 - Tipologia das Percepções da Educação Ambiental

(continua)

Educação	Características	Metodologia
SOBRE o ambiente	concepção positivista que favorece a aquisição de experiências e conhecimentos na área natural e seus problemas correlatos	ênfase no domínio cognitivo
NO ambiente	Dentro da concepção construtivista, desperta valores e motivações que considerem um ambiente mais adequado e com utilização de atividades no ambiente imediato	ênfase no afetivo

Tabela 2 - Tipologia das Percepções da Educação Ambiental**(conclusão)**

Educação	Características	Metodologia
PARA o ambiente	vertente reconstrutivista que promove a aquisição de habilidades e competências para agir e resolver os problemas ambientais	ênfase na participação

Fonte: Adaptado de Robbottom e Hart (1993) apud Sato (1997, p 186)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o que foi estabelecido na metodologia da pesquisa, a seguir são apresentados os resultados obtidos com a realização deste trabalho de pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS DOCENTES ESTUDADOS

A coleta de dados, relacionada ao perfil dos dez docentes que contribuíram para a pesquisa, objetivou colher informações gerais básicas, complementando as informações que foram utilizadas neste trabalho de pesquisa.

4.1.1 Gênero

Dos dez docentes que responderam ao questionário (conforme apêndice A), proposto na pesquisa, todos são do gênero feminino.

4.1.2 Formação Acadêmica

A Figura 1 apresenta a distribuição percentual dos docentes quanto a formação acadêmica:

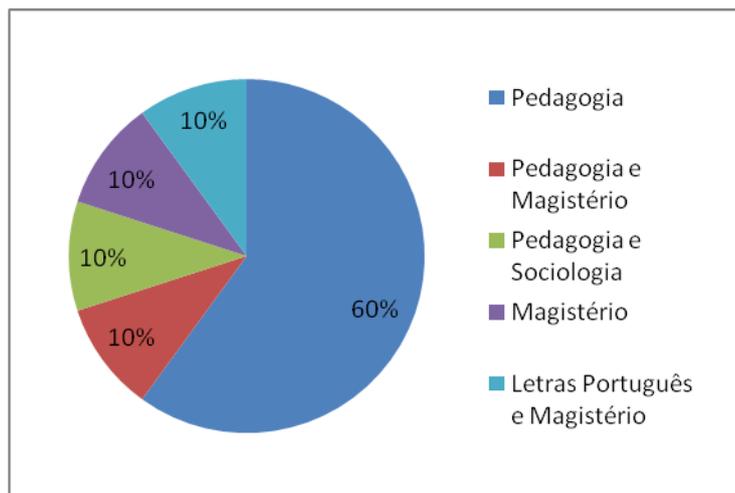


Figura 1 - Formação Acadêmica dos Docentes Entrevistados

A partir da Figura 1 pode-se verificar que 60% dos docentes possui graduação em Pedagogia, 10% possui graduação em pedagogia e curso médio profissionalizante normal (magistério), 10% possui graduação em pedagogia e sociologia, 10% possui curso médio profissionalizante normal (magistério) e 10% possui graduação em Letras Português e curso médio profissionalizante normal (magistério). Considerando que os processos seletivos para a rede de ensino municipal de Foz do Iguaçu exigem, até o momento, apenas a formação de nível médio (curso médio profissionalizante normal - magistério) ou pedagogia, nota-se que 80% dos docentes possui graduação em pedagogia e apenas 10% não possui formação superior.

4.1.3 Tempo de Docência

A Figura 2 apresenta a distribuição percentual dos docentes quanto ao tempo de docência.

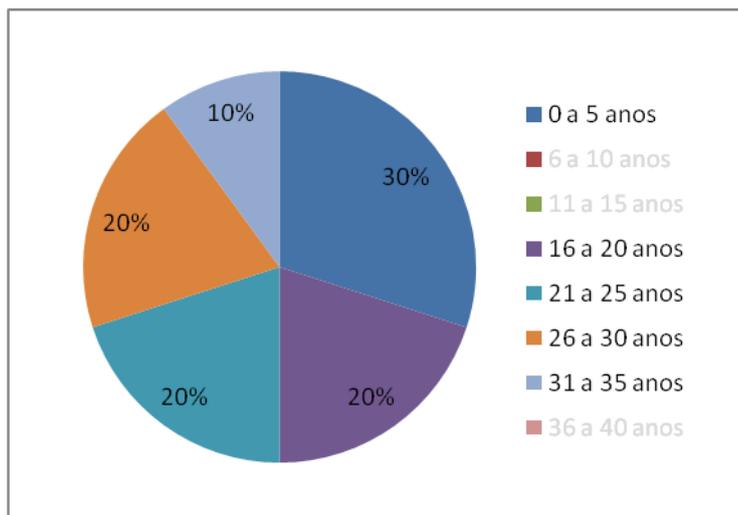


Figura 2 - Tempo de Docência

Verifica-se que 30% dos docentes possui de 0 a 5 anos de docência. Os outros 70% possui mais de 15 anos de docência, dos quais 20% possui de 16 a 20 anos de docência, 20% possui de 21 a 25 anos de docência, 20% possui de 26 a 30 anos de docência e 10% possui de 31 a 35 anos de docência. Através da análise dos dados é possível verificar que o quadro de docentes atuais possui bastante tempo de experiência, com uma pequena parcela de professores novos.

4.1.4 Série em que Leciona

A Figura 3 apresenta a distribuição percentual dos docentes quanto as séries em que lecionam.

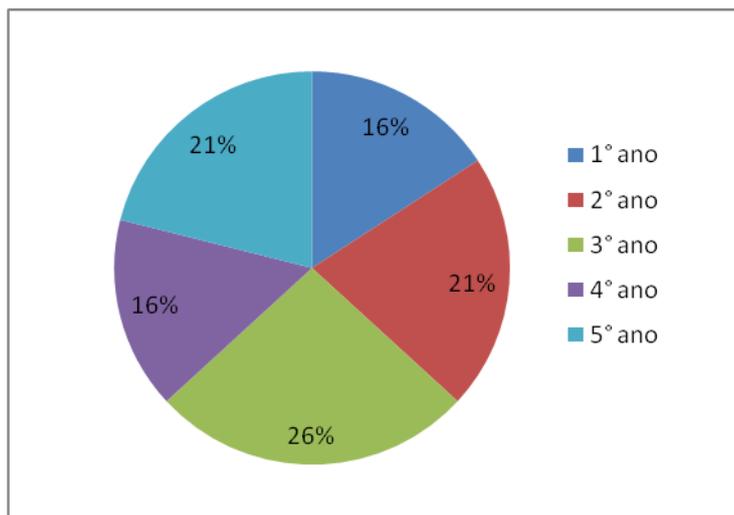


Figura 3 - Série em que os Docentes Entrevistados Lecionam

É importante ressaltar que a escola em questão possui sete turmas no turno da manhã e sete turmas no turno da tarde. A maioria dos docentes é regente de turma nos turnos da manhã e tarde, com exceção de duas docentes que lecionam aulas específicas ou de reforço (nos dois turnos) para todas os anos, uma docente que leciona aulas de reforço para uma única turma em um turno e é regente de turma no outro turno, e uma docente que é regente de turma em apenas um turno.

A Figura 3 foi elaborada levando em consideração o trabalho dos docentes que são regentes e dos que lecionam aulas específicas e de reforço, retratando o contato que o conjunto de docentes possui com cada ano escolar. Isso explica o porquê dos valores reais de docentes que lecionam em cada ano escolar serem valores fracionários quando relacionamos o valor percentual apresentado com o total de docentes pesquisados.

Os valores apresentados demonstram que 16% dos docentes lecionam aulas para o 1º ano, 21% lecionam aulas para o 2º ano, 26% lecionam aulas para o 3º ano, 16% lecionam aulas para o 4º ano e 21% lecionam aulas para o 5º ano.

4.1.5 Idade

A Figura 4 apresenta a distribuição percentual dos docentes quanto à idade:

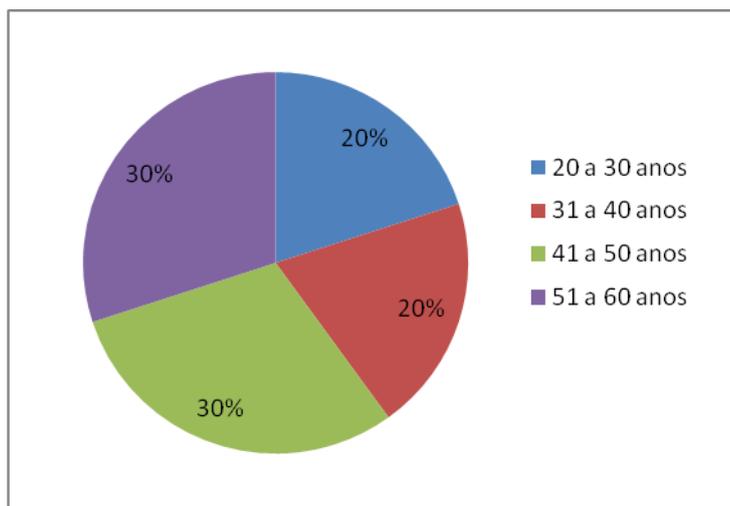


Figura 4 - Idade dos Docentes

Os valores apresentados permitem verificar uma distribuição bem equilibrada quanto a idade dos docentes. Verifica-se que 20% dos docentes tem idade entre 20 e 30 anos, 20% entre 31 e 40 anos, 30% entre 41 e 50 anos e 30% entre 51 e 60 anos.

4.2 CONCEPÇÕES E PERCEPÇÕES DOCENTES

4.2.1 Concepções sobre o Ambiente

Considerando as tipologias das concepções sobre o ambiente definidas por Sauvé (1996), ao serem questionados sobre o que eles entendiam por meio ambiente, a quase totalidade das respostas apresentadas pelos docentes classificam-se dentro da tipologia "Ambiente como lugar para viver", sendo tamb  verificada a tipologia "Ambiente como recurso", conforme propor es apresentadas na Figura 5. As demais tipologias definidas por Sauvé (1996) não foram verificadas nas concep es apresentadas pelo grupo de docentes participantes desta pesquisa.

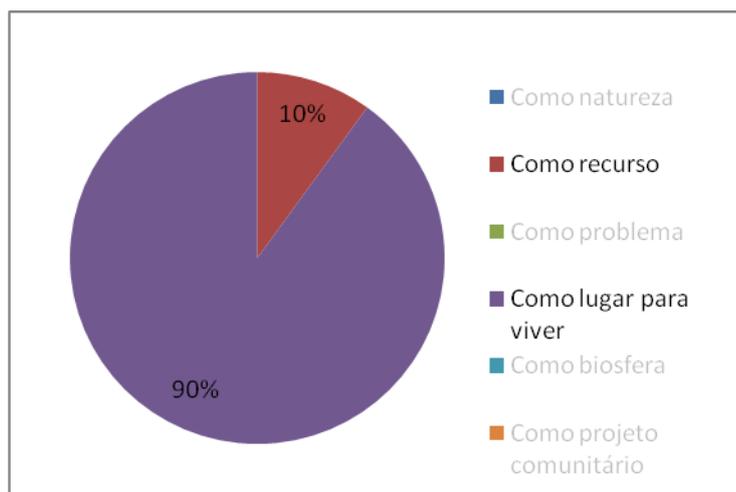


Figura 5 - Concepções sobre o Ambiente

A tipologia "Ambiente como recurso", que, segundo Sauvé (1996), representa nossa herança biofísica coletiva, vê o ambiente como fonte de recursos que sustenta nossa qualidade de vida, algo a ser gerenciado. A seguir   apresentado o trecho da resposta obtida no questionário, a qual caracteriza esta tipologia "Ambiente como recurso":

- "  tudo que nos ajuda a viver melhor. Fazendo parte deste contexto os recursos naturais".

A maioria das concep es apresentadas foram sucintas e relacionadas ao ambiente em que estamos inseridos, que nos rodeia e onde vivemos. Os trechos apresentados a seguir são foram retirados das respostas obtidas no questionário, que caracterizam a tipologia "Ambiente como lugar para viver":

- "O meio ambiente   muito além do que conceituamos, representa o nosso modo de viver";
- "Tudo o que faz parte do meio ou contexto em que vivemos, tais como: fauna, flora, etc.";
- "O planeta terra todo"
- "O ambiente   todo local que nos cerca";
- "Tudo que nos rodeia";
- "Tudo que está a nossa volta";
- "  o meio em que vivemos";
- "Entendo ser tudo que envolve, coisas vivas e não vivas, que afetam os ecossistemas, de forma direta ou indiretamente";

- "Meio ambiente é o conjunto de sistemas, seres e componentes da natureza. Compreende homem, animais, vegetação, solo, ar e etc".

É importante ressaltar que a tipologia "Ambiente como lugar para viver" abrange uma concepção que está relacionada ao nosso cotidiano, incluindo suas componentes tecnológicas, históricas e socioculturais, no entanto, embora o homem seja considerado como elemento do ambiente nessa concepção, ele não possui o senso de pertencimento ao lugar onde vive e se relaciona, não há uma relação direta de interdependência e tão pouco ênfase aos processos que permitem o envolvimento coletivo e participativo, voltados a resolução de problemas ou transformações.

Considerando as colocações de Sauvé (1996), de que as concepções são complementares e podem ser combinadas para a determina o de diferentes representa es do ambiente, o mesmo não foi observado nas respostas obtidas nesta pesquisa. No entanto, os resultados obtidos estão inseridos nas ressalvas feitas por este mesmo autor, as quais descrevem que normalmente as propostas de educa o ambiental restringem-se a uma única concep o do ambiente, não havendo uma percep o global do ambiente e estando a mesma limitada apenas a uma percep o parcial da rede de inter-rela es existente entre homem, sociedade e natureza.

Neste mesmo contexto, as coloca es de Coimbra (2004) a respeito da necessidade de termos "ideias claras e distintas da composi o do meio ambiente e da sua complexidade" diferenciam-se da realidade percebida neste recorte de pesquisa, visto que as percep es limitadas do ambiente elucidam a importância dada pelo autor   articula o e contextualiza o das a es no processo de tomada de consciência da questão ambiental, visando uma abordagem que considera todas as inter-rela es existentes entre o homem e o ambiente, e que trabalhe com isso de forma articulada e abrangente dentro das salas de aula, evitando o que Morin (2011) chama de pensamento simplificador, o qual não leva em considera o a diversidade e a complexidade existente.

4.2.2 Percep es da Educa o Ambiental

Considerando as tipologias das percepções da educação ambiental definidas por Robbotom e Hart (1993) apud Sato (1997), ao serem questionados sobre o que eles entendiam por educação ambiental, a totalidade das respostas apresentadas pelos docentes classificam-se dentro da tipologia "educação SOBRE o ambiente", a qual segundo Sato (1997, p 186), possui ênfase no domínio cognitivo, favorecendo a "aquisição de experiências e conhecimentos na área natural e seus problemas correlatos".

A seguir são apresentados alguns trechos das respostas obtidas no questionário, que caracterizam esta tipologia "educação SOBRE o ambiente":

- "O modo que realizamos e processamos os nossos conteúdos diários";
- "Conscientização da preservação do meio ambiente";
- "É ter o conhecimento e repassar, os meios de como cuidar do ambiente";
- "O que você faz para proteger este planeta";
- "A maneira como nos comportamos no ambiente, como o utilizamos ou deveríamos utilizá-lo";
- "O cuidado com o meio ambiente, seus recursos".
- "Aprender a conhecer e respeitar";
- "Ensinar as crianças a cuidar e preservar o meio em que vivem";
- "São os valores sociais que se constrói, individual ou coletivamente, ou seja, atitudes voltadas para a conservação do meio ambiente";
- "É uma conscientização da preservação do meio ambiente".

O resultado obtido, ao demonstrar apenas a tipologia "educação SOBRE o ambiente", nos permite verificar a predominância da transmissão de conhecimentos, sem possibilitar que o aluno tenha um contato imediato com o ambiente natural onde está inserido e perceba de forma mais adequada este espaço, aproximando-se da realidade existente e aguçando sua percepção, o que o estimularia, permitindo-lhe ser um agente ativo no processo de construção do conhecimento e não apenas um agente passivo. Isso reforça as características da tipologia "educação NO ambiente", na qual Robbotom e Hart (1993) apud Sato (1997) destacam que o contato imediato com o ambiente proporcionaria o despertar de valores e motivações relacionados a um ambiente mais adequado.

Percebe-se um distanciamento entre a educação ambiental e os problemas reais, não havendo a aquisição de habilidades e competências voltadas a uma maior

participação social em ações e resoluções de problemas ambientais, característica-chave da educação ambiental, segundo Robbottom e Hart (1993) apud Sato (1997), compreendida na tipologia "educação PARA o ambiente" e que, segundo estes autores, tornaria as experiências envolvidas mais significativas.

A abordagem desta única tipologia, "educação SOBRE o ambiente", limita o envolvimento do aluno com o ambiente ao seu redor, não estimulando o seu senso de pertencimento, de envolvimento, de mútua interação, de participação e de co-responsabilidade com o lugar onde vive e se relaciona. Embora Sato (1997) aborde sobre as discussões de diferentes autores a respeito da tendência de separação dos objetivos de ambas as categorias, os fatos aqui apresentados estão relacionados com os escritos de Tilbury (1995) apud Sato (1997), o qual defende que a educação ambiental deve compreender e incorporar os domínios presentes em ambas as categorias, tornando-se, conforme definições de Pelicioni, Philippi Jr e Castro (2007), em uma educação transformadora, tanto das pessoas como dos espaços, inexistindo se não colocada em prática.

4.2.3 Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental já Realizadas

A Figura 6 apresenta a distribuição percentual das práticas pedagógicas, relacionadas a educação ambiental, citadas pelos docentes como já realizadas juntamente com os alunos.

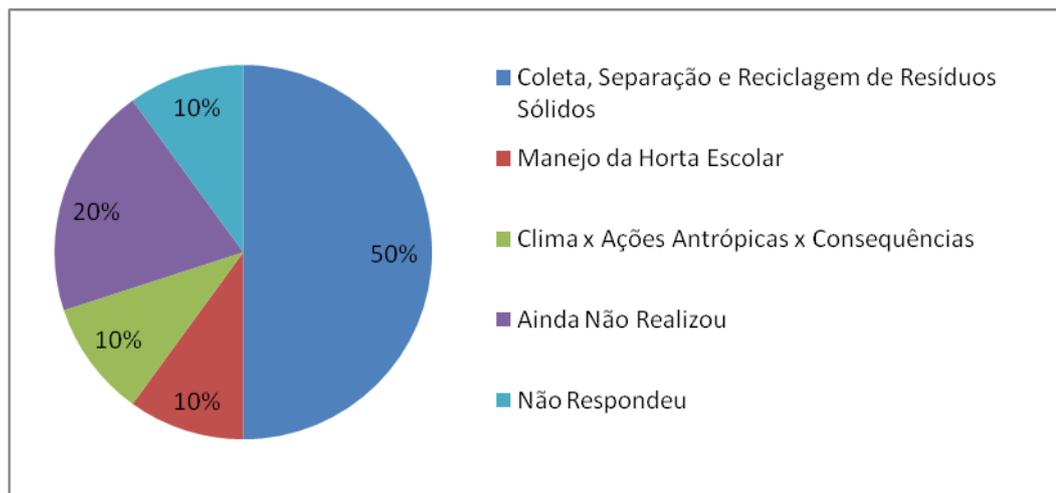


Figura 6 - Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental já Realizadas

Pelos dados apresentados na Figura 6 é possível verificar que a grande maioria dos docentes (50%) citaram práticas relacionadas a coleta, separação e reciclagem de resíduos sólidos, 20% relatou ainda não ter realizado práticas pedagógicas relacionadas a educação ambiental, 10% não respondeu ao questionamento, 10% relatou práticas de manejo da horta escolar e 10% descreveu sobre as percepções das alterações climáticas e as consequências das ações antrópicas no desequilíbrio das mesmas.

Baseando-se nas respostas obtidas, a primeira impressão que fica é que, em muitos casos, carece a conexão prática da educação ambiental tratada em sala de aula com a complexidade das relações existentes no cotidiano dos alunos, o que torna o entendimento as vezes superficial. A educação ambiental muitas vezes parece limitar-se a alguns temas, quando não limitada ao espaço da escola ou do domicílio dos alunos, e neste contexto o que é enfatizado na maioria das vezes são assuntos relacionados a coleta, separação e reciclagem do lixo, ou desperdício de água. A natureza tratada em sala de aula, de forma parcial, muitas vezes não é percebida ou identificada no contexto regional desses alunos.

O tratamento das relações políticas, econômicas, sociais e culturais existentes entre os seres humanos entre si e com a natureza, aspectos muito bem salientados por Reigota (2009) que devem incentivar a participação cidadã, de forma democrática, visando criar alternativas para superar os problemas existentes, nem sempre é percebido como educação ambiental.

Neste contexto, tornasse muito importante ressaltar que a segunda impressão obtida é de que, muitas práticas pedagógicas relacionadas com educação ambiental muitas vezes não são percebidas como tal, e por isso podem não terem sido citadas.

4.2.4 Dificuldades Encontradas no Desenvolvimento da Educação Ambiental

Quando indagadas sobre as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento da educação ambiental em suas práticas pedagógicas, os docentes abordaram vários temas: dificuldade de conscientizar os alunos, de forma a respeitarem o meio em que vivem e entenderem sobre os problemas causados pela falta de cuidado com o ambiente; dificuldades quanto a realização de atividades em espaços restritos da escola e falta de acesso a ambientes diversos; dificuldades quanto ao desenvolvimento apenas teórico da educação ambiental, presente apenas no conteúdos, sem aplicação prática; dificuldades quanto a falta de conhecimento sobre o tema; dificuldades relacionadas a falta de material que favoreça o desenvolvimento de atividades de educação ambiental; e dificuldades relacionadas ao currículo fechado dos anos iniciais, com poucas atividades voltadas a temática ambiental e a necessidade de cumprimento de datas, dificultando a realização de atividades para além do planejamento pré-estabelecido.

Pelos relatos obtidos dos docentes são observáveis inúmeros fatores que contribuem para que a educação ambiental não seja desenvolvida em sua integralidade dentro do ensino formal básico, fatores estes que dependem de uma readequação do modelo atual, visto que os desafios de se trabalhar a educação ambiental estão além da vontade e da responsabilidade única dos educadores.

Pelicioni (2007) muito bem descreve que os professores da educação básica nem sempre estão preparados para trabalhar a educação ambiental em suas práticas pedagógicas, sendo necessário complementar a formação destes profissionais, adequando o ambiente escolar, visto como local privilegiado para o desenvolvimento da educação ambiental, para atender a estas expectativas e possibilitar a realização de intervenções sistemáticas, planejadas e controladas.

4.2.5 Participações em Formações Específicas de Educação Ambiental ou de Grupos de Discussão

Quando questionadas sobre a participação anterior em alguma formação específica em educação ambiental ou de grupos de discussão sobre o tema, metade dos docentes declarou nunca ter participado de atividades e formações relacionadas à educação ambiental e a outra metade, que declarou já ter participado de atividades relacionadas, citou participações em palestras, cursos de formação da Escola Parque do Parque Nacional do Iguaçu e em projetos ambientais do Programa Cultivando Água Boa da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A relação de proporcionalidade verificada nestas respostas permite constatar que não são desenvolvidas atividades de formação continuada relacionadas a educação ambiental de forma abrangente dentro da rede de ensino fundamental, o que vai ao encontro do que está estabelecido na Resolução nº 2 de 2012 do Ministério da Educação, que prevê que a dimensão socioambiental deve constar nos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Outro fator a ser considerado, no que condiz a formação inicial dos professores, é que muitos dos profissionais foram formados já a bastante tempo e talvez os currículos da época não atendiam a estas necessidades, assim como muitos ainda hoje não atendem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico da percepção ambiental dos docentes demonstrou nas concepções sobre o ambiente, baseadas nas tipologias definidas por Sauvé (1996), uma predominância de 90% da tipologia "Ambiente como lugar para viver", relacionada ao nosso cotidiano, incluindo componentes tecnológicas, históricas e socioculturais, tendo o homem como elemento do ambiente mas não possuidor do senso de pertencimento ao lugar onde vive, limitando suas rela es de interdependência e os processos de desenvolvimento coletivo e participativo. Os resultados mostraram-se coerentes com as coloca es de Sauvé (1996) sobre a normalidade de propostas de educa o ambiental restritas a uma única concep o de ambiente, limitada a uma percep o parcial, e também reforçam as coloca es de Coimbra (2004) sobre a importância da articula o e contextualiza o das a es no processo de tomada de consciência da questão ambiental, considerando a complexidade existente.

As percep es da educa o ambiental, baseadas nas tipologias definidas por Robbottom e Hart (1993) apud Sato (1997), demonstraram a unanimidade da tipologia "educa o SOBRE o ambiente", que possui ênfase no domínio cognitivo e visa favorecer a aquisi o de experiências e conhecimentos relacionados a área natural e seus problemas. Desta forma há uma tendência de a es relacionadas a transmissão de conhecimentos, sem contato com o ambiente natural, limitando a percep o, o estímulo, e não permitindo adquirir habilidades, competências e maior participa o social em a es e resolu es de problemas. Estes fatos limitam o envolvimento do aluno com o ambiente e não estimulam seu senso de pertencimento, de envolvimento, de mútua intera o, de participa o e de co-responsabilidade com o lugar onde vive e se relaciona.

A descri o das práticas pedagógicas de educa o ambiental já realizadas pelos docentes demonstram, em muitos casos, carecer de uma conexão prática com a complexidade das rela es existentes no cotidiano ou no contexto regional dos alunos, limitando-se a alguns temas, quando não limitada ao espaço da escola ou do domicílio. O incentivo a participa o cidadã e democrática, com vistas a criar alternativas de supera o aos problemas existentes, baseados no tratamento de rela es políticas, econ micas, sociais e culturais existentes entre os seres

humanos entre si e com a natureza, abordados por Reigota (2009), muitas vezes não são percebidos como educação ambiental. Nesse sentido, não é possível afirmar que as práticas desenvolvidas pelos docentes pesquisados, relacionadas à educação ambiental, limitem-se ao que foi descrito pelos mesmos, visto que podem ser desenvolvidas sem que sejam percebidas como tal, o que aponta para a possibilidade de pesquisas complementares que visem analisar as práticas pedagógicas em si, permitindo uma análise das relações existentes entre as concepções docentes sobre educação ambiental e a realização de suas práticas.

As principais dificuldades descritas pelos docentes quanto ao desenvolvimento da educação ambiental estão relacionadas à conscientização dos alunos, realização de atividades em espaços restritos, desenvolvimento apenas teórico da educação ambiental, falta de conhecimento sobre o tema, falta de material, e ao currículo fechado dos anos iniciais, com poucas atividades voltadas a temática ambiental. Metade dos docentes declarou nunca ter participado de formações de educação ambiental ou de grupos de discussão sobre o assunto.

De uma forma geral percebe-se inúmeros fatores que contribuem para que a educação ambiental não seja desenvolvida de forma integral no ensino formal básico, suscitando readequações do modelo atual, com a execução de programas permanentes de formação complementar e continuada dos profissionais da educação, visto que os desafios de se trabalhar a educação ambiental estão além da vontade e da responsabilidade única dos educadores. Muitos profissionais são formados a bastante tempo, o que enfatiza a importância da formação continuada e de sensibilizações constantes.

Tais fatos apontam para a possibilidade de pesquisas complementares que possibilitem uma análise crítica e minuciosa dos planos de ensino e dos materiais didáticos utilizados pelas escolas, possibilitando investigar e esclarecer se estes materiais estão condizentes e permitem a execução real das intenções presentes nas legislações existentes que tratam da educação ambiental. Bem como, cabe pesquisas complementares para analisar a forma com que a temática ambiental está sendo inserida na formação superior dos profissionais da educação nos dias atuais.

Esta pesquisa visa instigar ações futuras e complementares junto à rede de ensino (incluindo instituições, gestores, professores, alunos e comunidade), que contribuam para o desenvolvimento de um amplo e efetivo projeto de educação ambiental a partir das escolas, mas não limitado a elas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm> Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Declaração de Tbilisi de 1977.** Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Geórgia: Tbilisi, 1977. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/decltibilisi.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2014.

CALLENBACH, Ernest. Valores. In: STONE, Michael K; BARLOW, Zenobia (orgs). **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável.** p 73-76. São Paulo: Cultrix, 2006.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Linguagem e percepção ambiental. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. **Curso de gestão ambiental.** Barueri, SP: Manole, 2004.

COSTA, Joanne Régis et al. A percepção ambiental do corpo docente de uma escola pública rural em Manaus (Amazonas). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revbea)**, Rio Grande, 7: 63-67, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/revbea/article/download/2152/1697>> Acesso em: 17 fev. 2014.

DIAS, Donaldo de Souza; SILVA, Mônica Ferreira da. **Como escrever uma monografia**: manual de elaboração com exemplos e exercícios. São Paulo: Atlas, 2010.

EVANS, Ann. O processo de mudança da escola: uma visão sistêmica In: STONE, Michael K; BARLOW, Zenobia (orgs). **Alfabetização ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. p 9-11. São Paulo: Cultrix, 2006.

FERNANDES, Roosevelt S. et al. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**. II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Indaiatuba, SP. 26 a 29 de maio de 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/roosevelt_fernandes.pdf> Acesso em: 1º mar. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 11. reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados do Município de Foz do Iguaçu - PR (2013)**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/233J3>> Acesso em: 3 mar. 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico Município de Foz do Iguaçu**. Dezembro, 2013. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85850>> Acesso em: 3 mar. 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Educação para a gestão ambiental**: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. 2012. Disponível em: <http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_FR_30.pdf> Acesso em: 3 mar. 2014.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ORR, David W. Prólogo. In: STONE, Michael K; BARLOW, Zenobia (orgs). **Alfabetização ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. p 9-11. São Paulo: Cultrix, 2006a.

_____. Lugar e pedagogia. In: STONE, Michael K; BARLOW, Zenobia (orgs). **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável.** p 114-124. São Paulo: Cultrix, 2006b.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metologia da pesquisa: abordagem teórico-prática.** 10. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

PAIVA, Carlos Roberto; DE VILLIO, Alexandre Markus. Percepção ambiental de crianças por meio da expressão artística. In: PELICIONI, Maria Cecília Focesi ed. **Educação ambiental em diferentes espaços.** São Paulo: USP . Faculdade de Saúde Pública . Nisam . CepemaSignus Editora, 2007.

PELICIONI, Andréa Focesi. Avaliação diagnóstica para projetos de educação ambiental em escola. In: PELICIONI, Maria Cecília Focesi ed. **Educação ambiental em diferentes espaços.** São Paulo: USP . Faculdade de Saúde Pública . Nisam . CepemaSignus Editora, 2007.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI JR, Arlindo; CASTRO, Mary Lobas de. Projetos de pesquisa e intervenção em educação ambiental e cidadania ativa. In: PELICIONI, Maria Cecília Focesi ed. **Educação ambiental em diferentes espaços.** São Paulo: USP . Faculdade de Saúde Pública . Nisam . CepemaSignus Editora, 2007.

QUINTAS, José Silva. **Educação ambiental e cidadania: uma construção necessária.** Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente - Programa Conheça a Educação do Cibec/Inep - MEC/SEF/COEA, 2001. p 41-46. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ciclodepalestras.pdf>> Acesso em: 26 fev. 2014.

REIGOTA, Marcos. **Ecologia, elites e intelligentsia na América Latina: um estudo de suas representações sociais.** São Paulo: Annablume, 1999.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental.** 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2009.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAUVÉ, Lucie. **Environmental Education and Sustainable Development: A Further Appraisal**. Canadian Journal of Environmental Education, v. 1, n. 1, 1996. p 7-34. Disponível em: <<http://cjee.lakeheadu.ca/index.php/cjee/article/viewFile/490/380>> Acesso em: 1º mar. 2014.

SATO, Michèle. **Educação para o ambiente amazônico**. 1997. 245 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, 1997.

VERGARA, Sylvia Constatnt. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

APÉNDICE(S)

APÊNDICE A - Questionário para Docentes

Pesquisa para a Monografia da Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – EaD UTFPR, aplicada através de questionário aberto, objetivando diagnosticar a percepção ambiental de docentes do ensino fundamental I de uma escola municipal de Foz do Iguaçu - PR.

Local: Foz do Iguaçu - PR / Escola Municipal Gabriela Mistral.

Data: ____ / ____ / ____

Perfil do Docente

Gênero: Feminino Masculino

Formação: _____

Tempo de docência: _____

Série em que leciona: 1° ano 2° ano 3° ano 4° ano 5° ano

Idade: 20 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos 51 a 60 anos

Concepções Docentes sobre meio ambiente e educação ambiental

- 1) O que você entende por meio ambiente?
- 2) O que você entende por educação ambiental?
- 3) Descreva uma prática pedagógica de educação ambiental realizada por você.
- 4) Quais as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento da educação ambiental em suas práticas pedagógicas? Enfatize o que gostaria de ter feito e não pode fazer.
- 5) Você já participou de alguma formação específica em educação ambiental ou de grupos de discussão sobre o tema? Descreva-a.